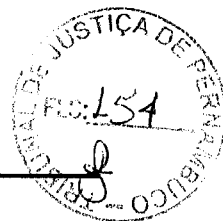




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

246



TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0101292-4

APELANTE: AMARA MARIA DE ALBUQUERQUE

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 243/2009

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTROS DE CASAMENTO E DE ÓBITO. IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO. ACOLHIMENTO. 1. Em se tratando de questões de ordem pública, sabe-se que a dilação probatória deve ser a mais ampla possível. O Juízo tem o poder-dever de colher as provas pertinentes ao deslinde da causa, de forma a exaurir os mecanismos em busca da verdade real. Assim, a preclusão não alcança o juiz em se cuidando de instrução probatória. 2. Observa-se a presença da impressão digital de Diomedes Sousa de Paula nos autos, assim como consta dos documentos a digital de Diomedes Paulo da Silva. Diante do exposto, é necessário oportunizar a realização de um exame datiloscópico, a fim de serem comparadas as referidas digitais em seus documentos originais, tendo em vista a possibilidade do deslinde justo da controvérsia. 3. A problemática dos autos envolve a produção de prova pericial, com a utilização de recursos e conhecimentos específicos de vital importância para a demonstração dos fatos que sustentam o direito descrito na peça inicial da ação. 4. Outrossim, diante da insuficiência de instrução à comprovação dos fatos descritos na inicial, deve ser declarado nulo o processo a partir da sentença, para que sejam considerados sem efeito todos os atos processuais praticados posteriormente e, assim, ser realizado o exame pericial para a elucidação dos fatos, sendo, por fim, proferida uma decisão justa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *à unanimidade, em acolher a preliminar de insuficiência de instrução, anulando-se todos os atos praticados no processo a partir da sentença, tudo nos termos do voto do relator.*

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

246-A



TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0101292-4

APELANTE: AMARA MARIA DE ALBUQUERQUE

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

AMARA MARIA DE ALBUQUERQUE

Contra sentença proferida em:

Ação de Retificação de Registros de Casamento e de Óbito.

Da lavra do Juízo da:

Vara Única da Comarca de Ribeirão.

Na qual são partes:

Amara Maria de Albuquerque (autora apelante) e Justiça Pública (ré apelada).

Discute-se na causa, em síntese:

A retificação de dados (nome e data de nascimento) do cônjuge da recorrente, que, nas certidões de casamento e de óbito está registrado com o nome de DIOMEDES SOUSA DE PAULA, nascido em 16/01/1942, mas, no restante dos documentos, essas referências encontram-se assim grafadas: DIOMEDES PAULO DA SILVA; 18/06/1942. Pretende a apelante corrigir essa situação, para conseguir receber os benefícios previdenciários decorrentes da morte do seu marido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

247



O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

O magistrado *a quo* julgou improcedente o pedido, com base no art. 269, I, do CPC, tendo em vista a ausência de provas que o convencessem de que *Diomedes Paulo da Silva* e *Diomedes Sousa de Paula* fossem a mesma pessoa, não podendo a prova testemunhal superar a documental.

A parte apelante não suscitou nenhuma preliminar.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Na própria sentença o Juízo *a quo* reconhece que a pessoa de Diomedes Paulo da Silva praticou todos os atos da vida civil com este mesmo nome, durante quarenta anos, sem qualquer óbice.

Assevera que não há hierarquia entre os vários tipos de provas, devendo-se valorar a prova testemunhal dos autos; tanto esta quanto a informativa são, segundo a tese recursal, robustas e convincentes, não se vislumbrando contradições.

Aduz também que a carteira profissional foi o primeiro documento do seu cônjuge, emitido em 16/08/1963, com o nome de DIOMEDES PAULO DA SILVA. Consequentemente, os demais documentos relativos ao INSS, PIS, FGTS, CIC, Título Eleitoral, restaram assim grafados.

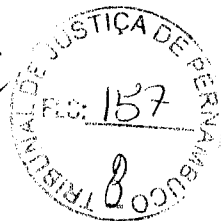
Embora constasse da certidão de casamento o nome de DIOMEDES SOUSA DE PAULA, o erro foi constatado apenas no momento em que a apelante tentou obter os benefícios previdenciários, pois, em vida, o seu cônjuge nunca precisou apresentar esse documento, em particular, para realizar os atos da vida civil. Ademais, alega serem os membros de sua família *campesinos não-alfabetizados*.

Ademais, afirma que *a vinculação da Apelante com seu extinto esposo, DIOMEDES PAULO DA SILVA é por demais evidente nestes autos através dos próprios documentos acostados, bem como, pelos depoimentos prestados em Juízo seja pela Apelante ou seus filhos, às fls. 17 e 18, deste processo.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

247-A



Requer, por fim, a anulação da sentença, prolatando-se uma nova decisão que julgue procedente o pedido da apelante.

Não houve apresentação de contrarrazões.

O Ministério Público de primeira instância apresentou memorial, neste sentido:

O Cartório de Registro Civil equivocou-se ao expedir a Certidão de Casamento, eis que acrescentou ao nome de Diomedes os sobrenomes dos seus genitores biológicos, Souza e Paula; mantendo-se o erro ao expedir a Certidão de Óbito.

Com base nas provas documentais e testemunhais, que não podem ser desprezadas, requer o provimento da apelação, reformando-se a sentença, para retificar os registros de casamento e de óbito nos termos pleiteados na inicial.

Nesta instância, assim se manifestou o Ministério Público:

Pelo desprovimento do apelo, tendo em vista a escassez de provas constantes dos autos.

Suscito, de ofício, preliminar de insuficiência de instrução.

É o relatório. Inclusão em pauta.

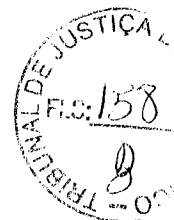
Recife,

Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

248



VOTO

PRELIMINAR DE INSUFICIÊNCIA DA INSTRUÇÃO.

Ementa: Direito Civil e Processual Civil. Ação de Retificação de Registros de Casamento e de Óbito. Improcedência. Apelação Cível. Preliminar de Insuficiência da Instrução. Acolhimento. 1. Em se tratando de questões de ordem pública, sabe-se que a dilação probatória deve ser a mais ampla possível. O Juízo tem o poder-dever de colher as provas pertinentes ao deslinde da causa, de forma a exaurir os mecanismos em busca da verdade real. Assim, a preclusão não alcança o juiz em se cuidando de instrução probatória. 2. Observa-se a presença da impressão digital de Diomedes Sousa de Paula nos autos, assim como consta dos documentos a digital de Diomedes Paulo da Silva. Diante do exposto, é necessário oportunizar a realização de um exame datiloscópico, a fim de serem comparadas as referidas digitais em seus documentos originais, tendo em vista a possibilidade do deslinde justo da controvérsia. 3. A problemática dos autos envolve a produção de prova pericial, com a utilização de recursos e conhecimentos específicos de vital importância para a demonstração dos fatos que sustentam o direito descrito na peça inicial da ação. 4. Outrossim, diante da insuficiência de instrução à comprovação dos fatos descritos na inicial, deve ser declarado nulo o processo a partir da sentença, para que sejam considerados sem efeito todos os atos processuais praticados posteriormente e, assim, ser realizado o exame pericial para a elucidação dos fatos, sendo, por fim, proferida uma decisão justa.

Em preliminar, eis a tese que suscito de ofício:

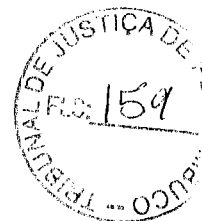
Em se tratando de questões de ordem pública, sabe-se que a dilação probatória deve ser a mais ampla possível. O Juízo tem o poder-dever de colher as provas pertinentes ao deslinde da causa, de forma a exaurir os mecanismos em busca da verdade real. Assim, a preclusão não alcança o Juiz em se cuidando de instrução probatória.

Entendo, nesse caso, que a sentença vergastada não deu solução jurídica adequada à controvérsia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

249



Vejamos.

Em cota ministerial à fl. 86, o Procurador de Justiça requereu a juntada da habilitação de casamento do falecido para verificação dos documentos que o instruíram. A solicitação foi devidamente atendida às fls. 124/135.

Observo, pois, a presença da impressão digital de Diomedes Sousa de Paula à fl. 125, tendo o Sr. João Caetano da Silva assinado “a rôgo” por ele. À fl. 09, percebo também a presença da digital de Diomedes Paulo da Silva em sua carteira profissional. Diante do exposto, diviso necessário oportunizar a realização de um exame datiloscópico, a fim de serem comparadas as referidas digitais em seus documentos originais, tendo em vista a possibilidade do deslinde justo da controvérsia.

Vislumbro que a problemática envolve a produção de prova pericial, com a utilização de recursos e conhecimentos específicos de vital importância para a demonstração dos fatos que sustentam o direito descrito na peça inicial.

Ressalto que a apelante trata-se de uma senhora, viúva, não-alfabetizada, que pode estar necessitando dos benefícios decorrentes do falecimento do cônjuge para sua subsistência. Dessa forma, impõe-se a medida sugerida por esta Relatoria para se obter uma decisão judicial justa.

Dos autos, depreende-se que:

- I- A prova do fato depende de conhecimento especial de técnico;
- II- Não há óbices à avaliação pericial.

Portanto, parece-me evidente que o único modo de solucionar a questão relativa à existência ou inexistência do fato alegado na inicial é através de laudo de avaliação pericial, já que há elementos nos fólios que tornam viável tal solução.

Outrossim, diante da insuficiência de instrução à comprovação dos fatos descritos na inicial, deve ser declarado nulo o processo a partir da sentença, para que sejam considerados sem efeito todos os atos processuais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

250



praticados posteriormente e, assim, realizar-se o exame pericial para a elucidação dos fatos, sendo, por fim, proferida uma decisão justa.

Acrescento a seguinte doutrina:

No exercício da atividade jurisdicional, *o juiz deve procurar assessorar-se com pessoas versadas nos diversos assuntos que lhe são submetidos à apreciação, a fim de que, auxiliado pelo parecer desses técnicos, possa inteirar-se da matéria sob exame e formar, conscientemente, sua convicção a respeito.* (SALLES, José Carlos de Moraes. *A Desapropriação*, p. 319. São Paulo, RT, 2000).

Como resultado do meu voto:

De acordo com o disposto no art. 437 do CPC, entendo cabível o retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau, para que seja nomeado perito, apto a responder todas as questões essenciais ao deslinde da causa.

Em resumo, voto no sentido de acolher a preliminar de insuficiência de instrução, anulando-se todos os atos praticados no processo a partir da sentença e oportunizando-se a realização de um exame datiloscópico, a fim de serem comparadas as referidas digitais em seus documentos originais, tendo em vista a possibilidade do deslinde justo da controvérsia.